

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS  
Ata da 106ª Reunião Ordinária da CT-PB – 23/07/2024 – 9h00  
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão (S)
AEAABV	Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite (T)
AEAP	Mauricio Magossi (T)
ANA	Osman Fernandes da Silva (S)
ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel (T)
	Gustavo Arthur Mechlin Prado (S)
	Hugo Marcos Piffer Leme (S)
	Tarciani Benedita baia Santos (S)
CATI	Antônio Lopes Júnior (S)
CETESB	Ednéa Aparecida Parada (T)
Consortio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz (S)
DAEE	Caroline Túbero Bacchin (T)
	Felipe Gobet de Aguiar (S)
IGAM	Rosângela Pereira dos Santos (T)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner (T)
P.M. de Campo Limpó Paulista	Silvia Rocha (T)
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M. de Indaiatuba	Danielle França Nery (T)
	Karoline Monaro (S)
P.M. de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzza (T)
P.M. de Louveira	Alan Del Rosso (S)
	Luiz Henrique Dutra Gema (S)
SAA	Antônio Lopes Júnior (S)
SAAE Salto	Silvia Telles (S)
SABESP	Dário Júlio Silveira Peçanha (S)
	Nilton de Santana (S)
SANASA	Gustavo Arthur Mechlin Prado (T)
	Tarciani Benedita baia Santos (S)
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (S)
SEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme (T)
SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro (T)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)

Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
DAE Jundiá	
P.M. de Jundiá	

Membros ausentes	
Entidade	
CIESP - DR Bragança Paulista	
CODEN	
IPT	

P.M. de Várzea Paulista
ÚNICA

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Aline Briques
	Carolina Silva
	Diogo Pedrozo
	Kaique Barretto
	Katia Cezarino
	Laice Correia
	Lilian Cruz
	Luclecia Soares
	Mariela Arrizatto
	Nathalia Corá
	Rosa Cardoso
	Sergio Razera
	Tainá Moura
	Tony Segatto
Vanessa Longato	
ANA	Hilda Renck Teixeira
Consortio PCJ	Bianca Caroline Alves Leite
PPGCAM DCAM UFSCAR	Homel Pedrosa Marques

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos vinte e três dias do mês de julho de 2024, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 106ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ.

**1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 16 de julho de 2024. **2. Abertura da 106ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Gustavo Arthur Mechlin Prado, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA) e coordenador da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum para o início da reunião. Após a abertura, o Sr. Gustavo Prado explicou que a reunião estava inicialmente prevista para ocorrer em Indaiatuba/SP. No entanto, devido às discussões do GT-Cobrança e à necessidade de

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 106ª Reunião Ordinária da CT-PB – 23/07/2024 – 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

realizar essas reuniões de forma presencial, a reunião da CT-PB foi alterada para o formato virtual. **3. Informes:** Na sequência, o Sr. Gustavo passou para os informes: **3.1. da coordenação:** O Sr. Gustavo Prado comunicou que não havia informes da coordenação. **3.2. dos membros:** O Sr. Gustavo questionou os membros sobre os informes: **a)** O Sr. Francisco Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), informou que no dia 30/07 será realizado duas assembleias em Brasília/DF, onde o Consórcio PCJ irá pleitear vaga no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). **3.3. da Secretaria Executiva (SE) dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Lima de Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) iniciou os informes, sendo: **a) Exclusão de membros:** a Sra. Tainá informou que conforme o Regimento Geral das Câmaras Técnicas (Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21) serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Nesse sentido, foi encaminhado um ofício comunicando a exclusão do Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE) de Rio Claro. Assim, reforçou que o membro excluído só poderá voltar a participar da CT, como membro, no próximo mandato (2025-2027); **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das CTs a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2024. Foram citados os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

(ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o *e-mail* da Secretaria Executiva; **c) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** informou as próximas reuniões agendadas dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para não membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: **i.** 94ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), no dia 16/08/2024; **ii.** 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), no dia 30/08/2024. Ressaltou que as reuniões serão com transmissão via YouTube, e o *link* estará disponível no site dos Comitês PCJ, (link); **d) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** Informou os próximos eventos a serem realizados pelas CTs, sendo: **i.** Webinar “Planos Municipais de Saneamento Rural: Caminhos para a Sustentabilidade e a Saúde”, organizado pela Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ, a ser realizado no dia 21/08/24, de forma virtual, pela plataforma do *YouTube*; **ii.** Evento “Encontro de Perdas de Água – Metodologia de Balanço Hídrico da IWA”, organizado pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ, que será realizado de forma presencial, dia 22/08/24, em Campinas/SP. Mais informações sobre os eventos estão disponíveis no site dos Comitês; **e) NewsComitêsPCJ:** Convidou aos membros para acessar a *Newsletter* Comitês PCJ, portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência PCJ, com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas CTs (link). **4. Aprovação da minuta da ata da reunião anterior:** O Sr. Gustavo informou que foi feito o envio aos membros, da minuta de ata da reunião anterior, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo, não havendo, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade a minuta de ata da 105ª Reunião Ordinária, realizada em 28/05/24, por videoconferência. **5. Correlação entre os principais custos associados a investimentos em Saneamento Básico nas Bacias PCJ:** Na sequência, o Sr. Gustavo

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 106ª Reunião Ordinária da CT-PB – 23/07/2024 – 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

passou a palavra para a Sra. Carolina Silva, da Coordenação de Sistemas de Informação (CSI) da Agência PCJ. A Sra. Carolina iniciou a apresentação informando que foram realizadas estimativas de custos focadas na implantação de estações de tratamento de esgotos sanitários e na troca de redes de abastecimento de água visando à redução de perdas hídricas. Quanto à substituição da rede e ramais de distribuição de água, apresentou uma estimativa de custos para substituição da rede e ramais de distribuição, considerando as premissas de infraestrutura de rede com tubo de PVC com diâmetro de 50 mm, ramal de distribuição com tubo PEAD de 20 mm, 10 mil metros de distribuição substituído e 1 mil ramais de ligação dos consumidores na distribuição substituídos, usando como base a tabela de preços da SABESP (janeiro/2024) e SINAPI (fevereiro/2024). Considerando os serviços preliminares, fornecimento de materiais (peças hidráulicas), sinalização, preparação de solo, abertura de valas, compactação e recomposição do pavimento, chegou-se a um valor por metro de R\$ 391,18. A Sra. Carolina destacou que a troca da rede não é a única forma de combate a perdas, mas que apresentaram esse investimento por ser um dos mais necessários no processo. Quanto ao tratamento de esgotos sanitários, informou que a variação de custos por conta da tecnologia adotada de ETes é grande, assim apresentou como referência uma tese de doutorado de Pacheco (2011), com estudos e estimativas de custos para instalação de sistemas de tratamento de esgoto, com atualização inflacionária no período. Depois, apresentou a distribuição populacional por município de acordo com o Censo IBGE 2022. Apresentou as premissas adotadas de consumo per capita de água de 200 L/dia ou 0,00231 L/s, com coeficiente de retorno de esgoto de 80%, esgoto gerado per capita de 160 L/dia ou 0,00185 L/s, vazão de infiltração por rede de esgoto de 0,2 L/s/km, número de 3 habitantes por ligação e extensão de rede por ligação de 10 m ou 0,01 km. Em seguida, apresentou as equações para o processo: i. número de ligações no município; ii. vazão de esgoto produzida no município (l/s); iii. extensão de rede no município (km); iv. vazão de infiltração na rede de esgoto (l/s). v. vazão média de esgoto para tratamento (l/s). Com base nas estimativas, apresentou possíveis investimentos com os recursos passíveis de arrecadação complementar de acordo com

os Cenários A, B e C do [Relatório Executivo](#). Com a arrecadação complementar do Cenário A, no valor de R\$ 158.458.879,04, seria possível a implantação de 5 ETes para até 10 mil habitantes e 3 ETes para até 50 mil habitantes e de 17,6 km de redes e ramais substituídas. Em relação ao Cenário B, com valor de R\$ 539.928.397,75 de arrecadação complementar, seria possível implantar 3 ETes para até 10 mil habitantes, 3 ETes para até 50 mil habitantes e 1 ETE para até 500 mil habitantes e de 8 km de redes e ramais substituídas. Quanto ao Cenário C, com valor incremental de R\$ 588.888.624,97, seria possível a implantação de 4 ETes para até 10 mil habitantes, 3 ETes para até 50 mil habitantes e 1 ETE para até 500 mil habitantes e de 114,6 km de redes e ramais substituídas. Informou que 8% da população projetada para 2035 seria atingida no Cenário A; que 27,8% dessa população seria atingida no Cenário B; e que 28,2% seriam atingidos no Cenário C. Além disso, foi feita uma estimativa da carga poluidora removida em cada um dos cenários e o número de habitantes potencialmente beneficiados com as novas redes e ramais de distribuição de água. Após a apresentação, o Sr. Gustavo agradeceu e abriu espaço para dúvidas e manifestações. O Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ informou que estão trabalhando dentro do Grupo de Trabalho Ações de Combate a Perdas de Água (GT-Perdas) da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ, no intuito de alterar regras de hierarquização, criando um melhor controle dos resultados da aplicação de recursos da cobrança no Combate as Perdas. Em seguida, os membros discutiram os indicadores, abordando a apresentação dos resultados esperados e as projeções para os resultados a serem alcançados. Após as discussões, o Sr. Gustavo prosseguiu com o próximo item de pauta. **6. Andamento dos estudos sobre revisão das Cobranças PCJ Paulista e Federal - Coordenação GT-Cobrança:** O Sr. André Luiz Sanches Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) fez um breve relato sobre as discussões ocorridas na última reunião do GT-Cobrança. Apresentou os itens de pauta da reunião e o que foi discutido em cada um deles. Com relação a aplicação dos recursos das cobranças foi apresentado: i.

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 106ª Reunião Ordinária da CT-PB – 23/07/2024 – 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

métricas para o tratamento de esgotos e perdas de água tratada; ii. acompanhamento dos empreendimentos financiados; iii. indicadores de resultados nas propostas de empreendimentos e de “performance”; iv. apresentação da proposta de sistematização do acompanhamento do resultado dos investimentos (referência na minuta de deliberação). Sobre os cenários para a revisão dos preços, o Sr. André Navarro apresentou ao grupo os cenários A, B e C, que preveem um aumento progressivo dos preços entre 2026 e 2029, chegando aos valores finais definidos para 2029. Diante disso, foi apresentada uma proposta alternativa por alguns membros do setor de usuários, denominada Cenário D, que sugere um aumento de 40% na Cobrança Federal e de aproximadamente 80% a 90% na Cobrança Paulista. Nesse sentido, ficou alinhado que os representantes dos setores usuários discutissem esse cenário alternativo junto às suas instituições, e as discussões seriam retomadas na próxima reunião do GT. Em seguida, o Sr. André Navarro informou que durante as discussões foi observado que com o aumento de 40% nos valores da Cobrança Federal, resultaria para a equiparação dos preços um aumento de 97% na Cobrança Paulista. No que diz respeito à apreciação de minutas de deliberação, incluindo as propostas de alteração de mecanismos, o GT discutiu: i. validação de pontos pacíficos, e a retirada do  $K_{medextra}$ ,  $X_5$  e  $X_{13}$ ; ii. Cobrança Federal da transposição conforme condições de operação especiais: Cobrança do “outorgado” por faixas de operação (conforme definição dos órgãos outorgantes); sobre a Cobrança Paulista, surgiram dúvidas quanto à viabilidade jurídica da aplicação, que exige regulamentação por decreto, e foi proposta uma consulta ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH/SP) seguida de eventual adequação; iii. Mecanismo para a concessão de “abatimentos” na Cobrança Federal mediante a comprovação de investimentos em afastamento e tratamento de esgotos, conforme critério de “adicionalidade” citado pela ANA: já existe mecanismo vigente, com algumas similaridades ao novo mecanismo pretendido, mas não tem sido utilizado pelos usuários; assim, foi proposta a elaboração de uma revisão na deliberação vigente, a ser apresentada pelos usuários. Diante disso, o Sr. André Navarro ressaltou que na próxima reunião do GT, será discutida a

minuta de Parecer Técnico da CT-PB, que sistematizará discussões e irá propor uma minuta de deliberação. Será definido o cronograma das próximas etapas, que incluem a apreciação da minuta de Parecer Técnico pela CT-PB (setembro/novembro de 2024) e CT-PL (agosto/novembro de 2024), a realização de uma campanha de divulgação e a disponibilização do simulador individual com preços recomendados pelo GT-Cobrança (com duração de 90 dias), e a aprovação pelos Plenários dos Comitês PCJ, que está prevista para ocorrer até maio de 2025 (a depender do andamento das etapas anteriores). Nesse sentido, o Sr. Dário Júlio Silveira Peçanha, representante da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp), questionou qual será o momento, durante o presente processo de revisão da cobrança, para as discussões e apresentações sobre a proposição de mecanismo de abatimento nos valores da cobrança em razão de investimentos em tratamento e afastamento de esgotos na bacia. O Sr. André Navarro informou que quanto a proposta de mecanismo de abatimento, poderá ser discutida na próxima reunião do GT. O Sr. Francisco Lahóz destacou a importância da revisão de preços da cobrança para a garantia da sustentabilidade hídrica. **7. Outros assuntos:** O Sr. Gustavo questionou os membros sobre outros assuntos. O Sr. Francisco Lahóz informou que em 19/07/24, ocorreu uma reunião na sede do Ministério Público, em Piracicaba/SP, convocada pelo GAEMA, com a participação dos principais “atores” da bacia a fim de adotar medidas emergenciais relacionadas à mortandade de peixes no rio Piracicaba. Destacou o comprometimento da Agência PCJ em implantar novas estações de monitoramento automático. **8. Encerramento:** Nada mais havendo para debater, o Sr. Gustavo Arthur Mechlin Prado, coordenador da CT-PB, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 106ª Reunião Ordinária da CT-PB, destacando que a próxima reunião será no dia 24/09/2024, por videoconferência.

Gustavo Arthur Mechlin Prado  
Coordenador da CT-PB

Raquel Eliana Metzner  
Coordenadora-adjunta da CT-PB